

estado-providência

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 13 • 2013

## Nota de Abertura

António Rafael Amaro  
João Paulo Avelãs Nunes



O número 13 da *Estudos do Século XX*, revista do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra — unidade de investigação de cariz interdisciplinar — é, em 2013, dedicado ao tema “**Estado-Providência**”, **capitalismo e democracia**. Pretendeu-se, desta forma, reunir abordagens provenientes da historiografia e de outras ciências/tecnologias sociais sobre uma problemática tão complexa quanto actual, tão relevante em termos teóricos como decisiva na vida de milhões de pessoas dos países centrais e semiperiféricos.

Efectivamente, mesmo nos países desenvolvidos assiste-se, quer a um debate acerca da operatividade deste modelo de organização social global, quer à concretização de políticas que visam o desmantelamento parcial ou total de algumas das vertentes do “Estado-Providência”. Tanto no plano cívico como no plano científico-ideológico têm, pois, surgido inúmeros posicionamentos e estudos relativamente às origens e aos resultados dos “Estados-Providência”, relativamente às vantagens e às desvantagens da manutenção ou da substituição daquela solução de âmbito nacional e internacional.

Este conjunto de reflexões, estudos e conflitos são, para além do mais, marcados pelas sequelas da “Crise de 2008”, o mais amplo processo de disfunção económica e social ocorrido nas zonas centrais e semi-periféricas da economia-mundo capitalista desde a “Crise de 1929”. Os “Estados-Providência” estão na origem da crise e dificultam a ultrapassagem da mesma ou, em sentido inverso, atenuam as respectivas consequências e podem dar um contributo decisivo para a sua superação?

Para além da avaliação da relevância alcançada por diversas correntes de pensamento económico — monetarismo, keynesianismo, estruturalismo, marxismo — na governação e na gestão das relações económicas e sociais, interessou considerar o papel desempenhado pelos chamados “países emergentes”, Estados subdesenvolvidos que têm vindo a apresentar taxas de crescimento económico assinaláveis, a assegurar maiores percentagens da actividade económica global e a estruturar modalidades embrionárias de “Estados-Providência”.

Finalmente, visou-se equacionar a relação entre “Estado-Providência” e democracia ou, dito de outra forma, saber se os regimes democráticos concretos podem sobreviver ao desmantelamento ou à desagregação dos correspondentes “Estados-Providência”. Abordou-se, ainda, neste mesmo âmbito, o facto de as decisões de cariz local/regional, nacional e global que têm posto em causa o modelo de “Estado-Providência” estarem a ser tomadas em países onde vigoram soluções políticas democráticas ou demoliberais.

Entre os autores dos vinte e dois artigos que integram o presente *dossier* temático, encontramos historiadores, juristas e economistas; portugueses, brasileiros e um argentino; estudiosos de créditos há muito firmados e jovens investigadores. Gostaríamos de ter podido contar com a colaboração de diversos outros autores, defensores de diferentes concepções científico-ideológicas, muitos dos quais se encontravam precisamente a concluir livros individuais ou colectivos sobre questões relacionadas com a problemática do “Estado-Providência”.

Coimbra, 31 de julho de 2013